

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ROSIMERE FERNANDES

**ENSINO DE HISTÓRIA PARA ESTUDANTES COM TEA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

São Borja – RS

2025

ROSIMERE FERNANDES

**ENSINO DE HISTÓRIA PARA ESTUDANTES COM TEA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História da
Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Licenciada em História

Orientador: Prof.M.^a Patrícia Forgiarini
Firpo

**São Borja – RS
2025**

F819e Fernandes, Rosimere

Ensino de História para estudantes com TEA: Desafios e
Possibilidades / Rosimere Fernandes.

33 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, HISTÓRIA, 2024.

"Orientação: Patrícia Forgiarini Firpo".

1. desafios . 2. possibilidades. 3. TEA. I. Título.

ROSIMERE FERNANDES

**ENSINO DE HISTÓRIA PARA ESTUDANTES COM TEA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção do
Título de Licenciada em História.

Área de concentração: Ciências Humanas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 18 de dezembro de
2024.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **PATRICIA FORGIARINI FIRPO**
Data: 27/12/2024 00:51:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Ma. Patrícia Forgiarini Firpo
Orientadora
(UNIPAMPA)

Documento assinado digitalmente
 **PAULA VANESSA PAZ RIBEIRO**
Data: 27/12/2024 11:12:16-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Paula Ribeiro
(UNIPAMPA)

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA DE ALMEIDA SILVA**
Data: 27/12/2024 14:47:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Camila Silva
(UNIPAMPA)

“A minha mãe (in memoriam), por sempre me apoiar e incentivar”.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde e discernimento, para que pudesse realizar todos meus projetos de forma ampla e precisa, a minha mãe (in memoriam), aos meus irmãos, Ana Paula e Jeferson, os meus filhos Ramon e Gabriel e sobrinhos pelo apoio e incentivo em toda essa trajetória, me ajudando a ultrapassar todos os obstáculos que foram encontrados ao longo do curso, pelo incentivo e apoio de vocês encontrei forças necessárias para seguir em frente o que nesse momento se manifesta através dessa dissertação. Obrigada por sempre acreditarem no meu potencial e nos meus sonhos, agradeço também aos meus professores, em especial a Patrícia Forgiarini Firpo, pela disponibilidade e brilhante orientação. Foi uma honra poder presenciar seus ensinamentos e considerações, de uma forma tão atenciosa e profissional. Por último, mais não menos importante, meu agradecimento aos meus amigos, por estarem sempre ao meu lado me apoiando e incentivando.

“A única história que vale alguma coisa é a história que fazemos hoje.”
Henry Ford

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar os desafios e as possibilidades no ensino de História para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O estudo busca compreender como as especificidades cognitivas e comportamentais desses alunos influenciam o processo de aprendizagem dessa disciplina, além de explorar estratégias pedagógicas que possam facilitar sua compreensão e participação em sala de aula. O objetivo do estudo é relacionar os desafios do ensino de história para estudantes com TEA no ensino fundamental, às possibilidades pedagógicas para o desenvolvimento de competências específicas de história no ensino fundamental. Para sua elaboração foram utilizados como base autores como: Bueno (2004), Kassar (2011), Bortolozzo, (2007), Bittencourt (2009) entre outros. A metodologia de pesquisa adotada foi a pesquisa qualitativa do tipo exploratória, para coleta de dados foi realizada aplicação de entrevista semi-estruturada. A partir das coletas de dados e informações da entrevista ao serem aplicadas metodologias inclusivas e sensíveis às necessidades de cada estudante, o ensino de História pode ser mais acessível e eficaz para alunos com TEA, proporcionando um aprendizado mais significativo e colaborativo.

Palavras-Chave: Autismo. Possibilidades Pedagógicas. História. Aprendizagem.

ABSTRACT

This work aims to investigate the challenges and possibilities in teaching History to students with Autism Spectrum Disorder (ASD). The study seeks to understand how the cognitive and behavioral specificities of these students influence the learning process of this subject, in addition to exploring pedagogical strategies that can facilitate their understanding and participation in the classroom. The objective of the study is to relate the challenges of teaching history to students with ASD in elementary school, to the pedagogical possibilities for the development of specific history skills in elementary school. For its elaboration, authors such as: Bueno (2004), Kassir (2011), Bortolozzo, (2007), Bittencourt (2009) among others were used as a basis. The research methodology adopted was qualitative exploratory research; semi-structured interviews were used to collect data. From data collection and interview information to the application of inclusive methodologies that are sensitive to the needs of each student, History teaching can be more accessible and effective for students with ASD, providing more meaningful and collaborative learning.

Keywords: Autism. Pedagogical Possibilities. History. Learning

LISTA DE SIGLAS

TEA : Transtorno do espectro autista

PCD: Pessoas com Deficiência

CDC: Centro de Controle de Doenças e Prevenção do governo dos EUA

DOU: Diário oficial da União

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Educação especial, educação inclusiva e suas diferenças.....	14
2.2 TEA (transtorno de espectro autismo) – deficiência ou não? Existe garantia de direito para estas pessoas?	15
2.3 Legislações sobre a inclusão de pessoas com tea nas escolas.....	15
2.4 Pesquisas atuais sobre o TEA	17
3 METODOLOGIA.....	19
4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	21
4.1 A educação especial no município de salto do jacuí, interior do rio grande do sul, com ênfase nos TEA.....	21
4.2 As principais dificuldades do ensino de história a estudantes com TEA.....	22
4.3 Possibilidades pedagógicas para facilitar a aprendizagem dos conteúdos da história para estudantes com TEA	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
ANEXOS	29

1 INTRODUÇÃO

Um das principais funções da educação é contribuir para a humanização coletiva dos sujeitos (FREIRE, 2000) e, à disciplina de história, compete dotar os sujeitos de uma compreensão dos processos sociais, culturais, econômicos e políticos, instrumentalizando-os para o exercício da cidadania (GUIMARÃES, 2012). O avanço dos movimentos sociais, que contribuíram para a construção de um espectro legal em defesa da inclusão de todos os estudantes na escola, possibilitou o convívio de estudantes com as mais diversas características.

Portanto, é notório que a escola tem a prerrogativa, senão o dever, de promover a inclusão de (PcD) Pessoas com Deficiência. Pois, além dos direitos assegurados na Constituição Federal de 1989, preconiza o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015 p.19): “Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida (...)”.

No caso deste como tema: Ensino de História para Estudantes com TEA: Desafios e Possibilidades, parte das dificuldades enfrentadas pelo docentes de história ao longo do trabalho junto a estudantes com TEA (Transtorno do espectro autista), especialmente diante de algumas características comportamentais que podem ser comuns a certos níveis desse transtorno, - como agressividade, gritos, birras, automutilação, choro ou risos inapropriados, falta de contato visual, imitação, impulsividade, imitação involuntária dos movimentos de outras pessoas, movimentos repetitivos, repetição sem sentido das próprias palavras, repetição de palavras sem sentido, comunicação e interação social inadequada, estes comportamentos fazem com que o professor tenha dificuldades e enfrente desafios diários durante o processo educativo – para apontar possibilidades pedagógicas inclusivas que facilitem a aprendizagem destes estudantes .

O ensino de forma inclusiva fundamenta-se na diversidade humana. Segundo Lemos, 2016, a inclusão da pessoa com deficiência não é apenas um elemento da História o qual é visto como acessório, como sim como um componente de influência que se faz presente no dia a dia deste, fazendo parte de suas ações e vivências diárias. Neste sentido a deficiência deve ser considerada não como uma simples parte da diversidade humana, mas sim como elemento essencial de sua realidade de vida.

Assim, o referente estudo tem como objetivo geral: Relacionar os desafios do ensino de história para estudantes com TEA no ensino fundamental, às possibilidades pedagógicas para o desenvolvimento de competências específicas de história no ensino fundamental. Bem como os objetivos específicos: a) Conhecer o contexto da educação especial em um município do interior do Rio Grande do Sul, com ênfase nos TEA, b) Identificar as principais dificuldades do ensino de história a estudantes com TEA, c) Indicar possibilidades pedagógicas para facilitar a aprendizagem dos conteúdos da História para estudantes com TEA e d) Listar recursos didáticos que possam contribuir para o desenvolvimento das competências específicas de história para o ensino fundamental.

Para compreender esses processos, utilizar-se-á pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório a partir entrevista com professores de História da rede municipal de um município do Estado do Rio Grande do Sul, estes trabalham em escolas diversas que convivem com múltiplas situações no contexto educacional, os entrevistados foram escolhidos pela sua experiência, desempenho no trabalho e tempo de atuação no dentro da área estudada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 A educação especial, educação inclusiva e suas diferenças

A concepção de Educação Especial assim como de Educação Inclusiva foram se firmando historicamente, ambas são amparadas por momentos e movimentos sociais que fazem gerir o reconhecimento ao longo dos anos. A Educação Especial brasileira se formou em meados da década de 1960 a 1970 no auge das movimentações sociais, assim como mudanças causadas pelas legislações. A sociedade assumiu um caráter passivo, porém vale salientar que não basta apenas as organizações e movimentações, mas sim o esforço de cada indivíduo envolvido, para que assim possam ser superadas as barreiras e os limites impostos aos deficientes, oportunizando espaços e participação a todos os indivíduos, sem pré- julgamentos ou atitudes discriminatórias.

Conforme Bueno (2004), a Educação Especial vem de encontro com um esforço da sociedade moderna para integrar os indivíduos na sociedade. Ela não surgiu como responsável pela inserção da criança com deficiência, mas como avaliadora da escola regular minimizadora de problemas.

Considerando estes aspectos, a LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), Kassar (2011), atribuiu significado à Educação Especial, servindo também para definir os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva.

Educação Especial: Modalidade de educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 39).

No entanto, existe certa dicotomia no que rege à Educação Especial e Educação Inclusiva, a primeira é aplicada e atribui suas funções fora do contexto educacional, a mesma é ministrada em período contrário em que o aluno possivelmente estará estudando ou ainda em escola e classes especiais, em contraposição à Educação Inclusiva, a qual está aliada ao sistema de ensino regular, onde o indivíduo deve estar inserido de forma ativa no ambiente escolar.

Para tanto, foi necessário gerar modificações de atitudes, de estrutura e de

currículo, com o intuito de atender a grande demanda de alunos independentemente de suas características, especificamente nas redes de ensino comum.

A prática da inclusão vem da década de 80, porém consolidada nos anos 90, segue o modelo social da deficiência, segundo o qual a nossa tarefa consiste em modificar a sociedade (escolas, empresas, programas, serviços, ambientes físicos, etc) para torná-la capaz de acolher todas as pessoas que apresentem alguma diversidade, portanto estamos falando de uma sociedade de direito para todos (PAULA, 2006, p. 48).

É neste sentido de educação inclusiva que os profissionais devem desenvolver seu trabalho aos alunos com dificuldades e deficiências, gerando uma proposta de inclusão onde os alunos matriculados no ensino regular sejam recebidos. Assim, a Educação Especial precisa oferecer também um suporte à Educação Inclusiva.

2.2 TEA (Transtorno de espectro autismo) – Deficiência ou não? Existe garantia de direito para estas pessoas?

O autismo é conhecido como TEA - “Transtorno do Espectro do Autismo” e acomete uma em cada cinquenta e quatro crianças segundo o CDC (Centro de Controle de Doenças e Prevenção do governo dos EUA). Os sintomas aparecem como déficits persistentes na comunicação e na interação social, com padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Estas características estão presentes desde cedo no desenvolvimento das crianças, e enquanto elas são pequenas, os sintomas são muito sutis, o que torne mais difícil de ser percebido pela família.

Professores e outros profissionais que cuidam de crianças de pouca idade precisam de informações para identificar sinais e sintomas precoces, pois a intervenção quanto mais cedo for, mais efetiva. Sabe-se, através de pesquisas científicas que vem sendo realizadas nos últimos anos, que é possível ensinar e modelar comportamentos sociais, motores e de comunicação, além da capacidade de raciocínio. O médicos reconhecem que o tratamento de um quadro de autismo deve ser realizado de forma sistemática e iniciado desde os primeiros anos de vida devido a capacidade do cérebro de receber informações novas nessa faixa etária da vida.

O TEA está dividido em 3 níveis de gravidade: Leve, moderado e grave. Com o tratamento é possível migrar entre os níveis e, em alguns casos, ter uma

vida autônoma. O Diagnóstico é baseado em observação comportamental e deve ser feito por um médico especialista, geralmente psiquiatra ou neurologista infantil e equipe especializada.

2.3 Legislações sobre a Inclusão de pessoas com TEA nas escolas

O Autismo, ou Transtorno do Espectro Autista, TEA, é uma síndrome comportamental que pode incapacitar a pessoa a sociabilizar-se e comunicar-se de forma adequada com outras pessoas, levando-a, muitas vezes, ao isolamento. O Transtorno do Espectro Autista, TEA, está enquadrado no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que objetiva assegurar e promover os direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, que é considerada: “aquela que tem um impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (...) que obstrua sua participação na sociedade (...) em igualdade de condições com as demais pessoas”,

Além do amparo da norma inclusiva, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, TEA, também podem contar com o apoio da Lei No 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que lhes assegura diversos direitos, entre eles, o atendimento prioritário nos sistemas de saúde pública e privada.

A Lei no 12.764 foi criada em 2012 e instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, alterando o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Pela lei, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista a portadora de síndrome clínica caracterizada por deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, com padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. É importante dizer que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

A Lei nº 13.977/20, batizada de Lei Romeo Mion, criou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei é federal, ou seja, válida em todo o Brasil e altera a Lei Berenice Piana, 12.764/2012. O documento facilita o acesso a direitos básicos e essenciais e permite o

planejamento de políticas públicas. A pessoa com Autismo deve apresentar sua Carteira de Identificação para exigir um atendimento preferencial, entre outros direitos. A expedição da Carteira será feita pelos órgãos estaduais, distritais e municipais de forma gratuita, sendo renovada a cada cinco anos, tendo um número único de identificação, mesmo quando for renovada.

A nova regra, instituída pela Lei 13.861 de 2019 e publicada na edição de 19/07/2019 do Diário Oficial da União (DOU) estabelece a inclusão de perguntas sobre o Autismo no censo e contribuirá para determinar quantas pessoas no Brasil apresentam esse Transtorno e como elas estão distribuídas pelo território, obtendo, dessa forma, um número mais verdadeiro. Com tais dados será possível direcionar as políticas públicas de forma mais adequada para que os recursos sejam corretamente aplicados em prol de quem tem Autismo.

Além do direito a matricular a criança com deficiência ou Autismo, os pais não são obrigados a pagar taxa extra ou mensalidade a maior por professor auxiliar ou assistência à criança. Os pais que forem cobrados indevidamente podem recorrer à Justiça. A pessoa com autismo de acordo com o previsto na Lei Berenice Piana, 12.764/2012, tem o direito a um acompanhante especializado, desde que seja comprovada a necessidade, lembrando que o acompanhante precisa ser especializado em autismo, educação inclusiva ou desenvolvimento infantil. Também está previsto em lei que a educação deve ser individualizada, de acordo com as necessidades e potencialidades de cada pessoa, sendo assim o PEI – Plano de ensino Individualizado é um direito de todas as pessoas com autismo, assim como adaptação de materiais, de conteúdo, de local de ensino ou mesmo de avaliação, sem qualquer custo adicional para a pessoa com autismo ou seus representantes legais.

A lei federal 12.764/12, ao instituir a Política de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, garantiu, nos casos de comprovada necessidade, o direito da criança acometida pelo TEA e matriculada em escola regular (pública ou particular) de possuir acompanhante especializado em sala de aula. Embora no momento da sua publicação a lei não tenha definido quais as deveriam ser as funções do acompanhante especializado ao qual a lei se refere, o Decreto 8.368/14 esclareceu esta dúvida acerca deste profissional que deve estar integrado ao contexto escolar e possuir domínio no acompanhamento de crianças

deficientes e com TEA, dentro da escola.

A lei federal 12.764/12 complementada pelo Decreto 8.368/14 determinaram que a atuação do acompanhante especializado é obrigatória quando o autista apresenta dificuldades nas atividades escolares desenvolvidas, cabendo ao profissional ministrar e intervir sempre que surgirem necessidades próprias no âmbito escolar. Vale lembrar que os custos financeiros decorrentes da contratação e manutenção desse profissional devem recair sob a responsabilidade exclusiva da escola, ficando a família absolutamente isenta de qualquer despesa neste sentido.

2.4 Pesquisas atuais sobre o TEA

O autismo é um transtorno que afeta milhões de pessoas ao redor do mundo e, nos últimos anos, a ciência tem alcançado progressos importantes em sua compreensão. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) passou a ser mais estudado, e novas descobertas trazem esperanças de tratamentos mais eficazes e diagnósticos mais precisos.

A investigação sobre as causas do autismo envolve décadas de intensas pesquisas. Cientistas têm explorado tanto componentes genéticos quanto elementos ambientais que podem influenciar o desenvolvimento do TEA.

Algumas pesquisas recentes sobre o transtorno do espectro autista (TEA) incluem:

- Em 2023, o CDC divulgou que a porcentagem de meninas de 8 anos com TEA foi superior a 1% pela primeira vez.
- Um estudo publicado no medRxiv.org demonstrou que a ocitocina intranasal em dose reduzida, seguida de um período de interação social positiva, melhorou os sintomas em crianças com TEA. Cientistas da Universidade da Virgínia descobriram que particularidades do cérebro autista estão associadas a variações genéticas específicas.
- Um estudo da Universidade de São Paulo (USP) indica que uma alteração no DNA que causa a síndrome Phelan-McDermid pode contribuir para milhares de casos de autismo no Brasil.
- Um estudo publicado na revista Cell identificou 102 genes associados ao risco de desenvolver o espectro autista.

- Um experimento publicado na revista Nature demonstrou que cientistas chineses e americanos conseguiram provocar autismo em macacos.

A prevalência do TEA vem aumentando nos últimos anos. Em 2000, 1 a cada 150 crianças era diagnosticada com autismo, enquanto hoje é 1 a cada 44. Na pesquisa divulgada em 2020, há o resultado de que para cada 1 menina com TEA, há 4 meninos com TEA. Atualmente, segundo dados divulgados em 2023, pela primeira vez, a porcentagem de meninas de 8 anos identificadas com TEA foi superior a 1%.

3. METODOLOGIA

A pesquisa científica é caracterizada pelo processo de investigação planejada, esta deve ser redigida e organizada de acordo com as normas de metodologia científica, seu objetivo é desenvolver e produzir um novo conhecimento.

A pesquisa qualitativa na educação é método de investigação que busca a compreensão de fenômenos e ações sociais, culturais e educacionais tendo como base a análise de dados subjetivos, como entrevistas, observações, relatórios entre outros. Seu objetivo é buscar a compreensão detalhada do assunto estudado, não mensurando qualitativamente os fenômenos. Este é usada com frequência nas pesquisas do tipo exploratória, estudo de caso, pesquisa-ação, entre outras, bem como investigações de práticas pedagógicas.

[...] todas as pesquisas exigem interpretações e, na realidade, o comportamento humano exige interpretações a cada minuto. Mas a pesquisa interpretativa é a investigação que depende muito da definição e da redefinição dos observadores sobre os significados daquilo que veem e ouvem (STAKE, 2011, p. 46).

Esta pesquisa, define-se por descritiva, portanto, os dados coletados não podem ser reduzidos a variáveis, porém geram temas diversos a serem analisados e explorados como um todo. Seu método de análise é indutivo ou diferencial, já que suas conclusões se firmam a partir de interpretação analítica profunda proveniente das informações das entrevistas e observações. No

andamento desse processo, o conhecimento se forma por meio de ações explícitas e descritivas, estabelecendo um relativo processo de cruzamento de dados e informações objetivando uma objetiva e transparente interpretação para que esta tenha valor científico para estudos e pesquisas futuras.

A pesquisa científica foi iniciada por meio de revisão de literatura em que buscou-se obras já publicadas para conhecer e analisar o tema do estudo realizado. A pesquisa nos auxilia desde o início do processo de produção, pois é feita com o intuito de identificar se já existem trabalhos científicos sobre o assunto da análise elaborada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, tudo isso é possível baseando-se em artigos e estudos relacionados aos tema já publicados.

Este procedimento é o primeiro passo para a construção de um processo investigativo, ou seja, depois da escolha de um tema e assunto a ser estudado é preciso organizar uma revisão bibliográfica deste mesmo, porém necessita-se que se tenha cuidado na definição de fontes de pesquisa usando sites e trabalhos com credibilidade.

Rosa e Arnoldi (2006) e Luna (1988, p. 71) referem-se à pesquisa como “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe”. Gil (1999, p. 45), conceitua pesquisa como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimento científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 1999, p. 45).

Pesquisa é, portanto, o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento. É na pesquisa que utiliza-se diferentes instrumentos para se chegar a uma resposta mais precisa, confiável e que auxilie os sujeitos e comunidades a também solucionarem suas demandas emergentes.

Dessa forma, como método de geração de dados que possam nos ajudar alcançar o objetivo principal de “relacionar os desafios do ensino de história para estudantes com TEA no ensino fundamental, às possibilidades pedagógicas para o desenvolvimento de competências específicas de história no ensino fundamental”, utilizamos como instrumento a entrevista semi-estruurada.

Laville e Dionne (1999), cerca da entrevista semi-estruturada, afirmam que: A entrevista semi-estruturada oferece maior amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização: esta não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados. Por essa via, a flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores. (Laville e Dionne, 1999, p. 188 a 189).

De acordo com Gil (2010), a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que permite ao entrevistador manter o foco e ao entrevistado expressar-se livremente.

O roteiro de pesquisa utilizado para este estudo é composto por dezessete questões descritivas as quais são ser consideradas questões abertas pois, permitem que o respondente expresse a sua opinião ou explicação.

Os professores foram selecionados de acordo com a área de atuação e experiência na área das Ciências Humanas mais especificamente com o componente curricular de História, efetivas na rede municipal do município, para coleta de dados foram entrevistados três professores, as entrevistas foram realizadas em forma de questionário impresso no período de agosto e setembro do corrente ano.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após reflexões sobre o tema, o presente artigo apresenta os dados gerados através da pesquisa desenvolvida com 3 (três) professores de História que atuam na rede municipal de educação de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul, dois deles possuem especialização em educação especial, AEE e Psicopedagogia.

Conforme determina o CONEP (2021) será mantido o anonimato das escolas e dos docentes, estes identificados como P1, P2, P3. O resultado da pesquisa será dividido em 3 (três) subitens, conforme desenvolvemos a seguir.

4.1A educação especial no município de Salto do Jacuí, interior do Rio Grande do Sul, com ênfase nos TEA

A defesa da inclusão não consiste, exclusivamente, em inserir os alunos nas classes regulares, consoante especificado em nossa Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), mas, e prioritariamente, adequar as condições de ensino à referida exigência. Todo o sistema de ensino precisa adaptar-se a essa nova, que não deveria ser considerada nova, reivindicação da cidadania. Neste âmbito, o ensino de História também carece do rompimento com um enfoque no qual predomina um cognitivismo que obscurece a utilização de outras abordagens de ensino que destacam o diálogo interdisciplinar, a valorização das manifestações artísticas, a vivência de valores, a inserção de novas temáticas e outras possibilidades.

A Professora P1, quando indagada sobre: Durante a sua graduação houve alguma disciplina sobre Educação Especial ou Educação Inclusiva? Sua resposta foi: “Sim, durante a minha graduação, houve uma disciplina dedicada à Educação Especial e Inclusiva, mas foi um conteúdo mais introdutório e teórico. A carga horária foi limitada, e não tivemos tantas oportunidades para vivenciar a prática em sala de aula, o que me deixou buscando outras formações posteriormente para lidar melhor com a diversidade de alunos”.

Ainda analisando as respostas do P1, em relação a pergunta: Como você percebe o aprendiz com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na sala de aula e na escola? “O aprendiz com TEA costuma ter dificuldades em se integrar socialmente com os colegas e, dependendo do nível de suporte necessário, pode apresentar desafios para manter o foco e se comunicar. No entanto, ele também traz pontos de vista únicos e, com o tempo e as adaptações corretas, pode se engajar nos estudos e até se destacar em certos conteúdos”

Um dos maiores desafios da atualidade é proporcionar uma educação para todos, sem distinções, além de assegurar um trabalho educativo organizado e adaptado para atender às Necessidades Educacionais Especiais dos alunos. Nesse sentido, Borges (2005, p. 3 apud Bortolozzo, 2007, p. 15) afirma que “um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado”.

O professor P3 sobre o questionamento: Existe uma relação dialógica com os professores do Ensino regular sobre os aprendizes com autismo? E com o professor de Atendimento Educacional Especializado (sala de recursos

multimídias), se posiciona da seguinte forma: Sim, o professor deve dialogar com outros profissionais da escola para incluir alunos com autismo no ensino regular. O professor deve ser o mediador do processo de ensino e aprendizagem, trabalhando em conjunto com a equipe escolar.

4.2 As principais dificuldades do ensino de história a estudantes com TEA

Quando se fala sobre a inclusão da criança com autismo na escola de ensino regular, deve-se pensar também no professor, pois este, muitas vezes, não está preparado para receber os alunos com autismo. Diante disso, este artigo apresenta como problemática: qual é o papel do professor frente à inclusão escolar de crianças com autismo na rede regular de ensino? O professor é visto como mediador no processo inclusivo; é ele quem promove o contato inicial da criança com a sala de aula, pois é o responsável por incluí-lo nas atividades com toda a turma.

O P1 quando se perguntou sobre: Já percebeu alguma dificuldade ao ensinar um aprendiz com TEA? Qual? Disse que: “Sim, uma das principais dificuldades é a adaptação dos conteúdos para uma abordagem mais concreta e menos abstrata. Por exemplo, conceitos como tempo histórico e causa e consequência dos eventos podem ser difíceis de entender, além de manter a atenção do aluno por períodos mais longos. A organização visual dos conteúdos e o uso de recursos multimodais têm ajudado bastante.”

Ainda relacionado as respostas do P1: Como é o seu planejamento pedagógico para o aprendiz com TEA? (O que você trabalha em História e como?) “Meu planejamento para o aluno com TEA inclui adaptações visuais, materiais diferenciados e atividades mais curtas e objetivas. Dou preferência a usar figuras, vídeos e mapas. Em algumas atividades, simplifico as questões e permito que o aluno responda de formas não convencionais, como desenho ou dramatização.

O ensino de História, como toda atividade educativa, permanentemente enfrenta desafios diante de novas exigências e novos paradigmas impostos pela contemporaneidade. O referido fenômeno provoca um contínuo repensar das

práticas docentes, pois ensinar é algo dinâmico, sempre permeado por novas situações e contextos que, em muitos casos não se encontram respostas rápidas, mas estimulam reflexões sobre a prática de ensino e todos os fatores relacionados direta e indiretamente com essa prática.

A busca pelo diálogo interdisciplinar não implica o esvaziamento intelectual das disciplinas (Bittencourt, 2009), mas, contrariamente, exige que o professor tenha profundo conhecimento sobre sua disciplina, sobre os conceitos, conteúdos e métodos próprios da sua área de conhecimento, para que esteja apto a interagir com colegas de outras disciplinas, possibilitando a elaboração de recortes de conteúdos, através de problemáticas comuns, a identificação de conceitos que devem ser alargados e aprofundados e a organização e estruturação de informações passíveis de integração.

O trabalho com classes que reúnem alunos com e sem deficiência expandiria a experiência do professor de História. O desafio consistiria não apenas em promover a transposição didática dos conteúdos, mas, adaptá-los. Como ensinar História em turmas com alunos deficientes auditivos, visuais, cognitivos, cadeirantes e alunos também com outras restrições, como obesidade? É uma reflexão feita sobre nosso próprio labor profissional. Fomos preparados para ensinar alunos “normais”, sem “problemas”, mas o estudo da História também existe para superar desafios e derrubar mitos. Devemos engajar-nos na luta por um ensino para todos e pensar em quais contribuições o ensino de História pode oferecer nessa questão.

4.3 Possibilidades pedagógicas para facilitar a aprendizagem dos conteúdos da História para estudantes com TEA

O professor de História tem a possibilidade de estimular a participação e o aprendizado do aluno autista através do uso da imagem. O cuidado que se deve observar, com relação ao tratamento de qualquer acervo iconográfico, consiste em não utilizar o recurso visual apenas para ilustrar um assunto ou como um mero instrumento para seduzir o aluno (Bittencourt, 2009).

O professor nomeado como P2 em relação ao questionamento: Como é ensinar História para um aprendiz com TEA? Diz que: |Depende de vários fatores (família, estímulo exterior, idade em que foi diagnosticado, uso ou não de

medicação), mas as experiências que tive com alunos autistas, sempre foram positivas, pois a disciplina oportuniza um “pensamento visual”, algo comum para os autistas. Na minha metodologia, sempre utilizo algo concreto e não só textos e resumos. A história para ser entendida, deve ser relatada, e sempre faço isso através de imagens, slides, leituras, vídeos curtos, jogos, etc, isso oportuniza este pensamento visual para o aluno, que ao ouvir, consegue imaginar (visualizar) e se interessa por aquilo. Faço avaliações diferenciadas pois a escrita não é algo bem aceito por alunos autistas. Enfim, sempre tento compreender as diferenças e adaptar o planejamento e as avaliações para que o aluno autista pode ser contemplado.

A utilização de imagens pode ser o ponto de partida para uma aprofundamento dos estudos, mas, o destacado recurso precisa ser um instrumento de reflexão. “A imagem funciona como mediadora de uma narrativa presente para um fato que esteve no passado e, desse modo, colabora para a construção de novos significados sobre o que já havia sido construído” Ciavatta (2012, p.134). Neste sentido, a imagem é algo dinâmico, pois mesmo registrando um evento pretérito possibilita uma permanente reflexão na contemporaneidade, gerando novas interpretações e conclusões acerca de acontecimentos passados.

A P2 sobre, como você procura trabalhar os conceitos de tempo histórico e espaço vivido e de acontecimento dos fatos com aprendizes com TEA? (Como o jovem entende História?), esta respondeu que: “Evito verbalização longa ou aulas extenuantes e expositivas, sempre tentando variar a metodologia e vou adaptando a medida que vou percebendo que está dando certo ou não. Cada ano letivo, um novo planejamento com base nas necessidades de cada turma especificamente, pois existem alunos que visivelmente tem alguma deficiência, mas não tem laudo. Desse modo, o “termômetro” para o planejamento é a experimentação.”

Neste sentido, pode-se afirmar que a parceria da escola com profissionais especializados não se justifica apenas pela possibilidade de haver ocorrências que exijam uma intervenção. A participação deles na escola faz-se necessária na orientação dos professores e do núcleo gestor sobre as interações entre a atividade educativa e a convivência com as deficiências.

A P3 quando indagada sobre: Qual o seu pensamento sobre a Educação

Especial no Futuro? Diz que: A educação especial futura deve ter como objetivo a promoção da igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas. Para isso, é necessário que a escola se adapte as necessidades dos alunos e que o ensino seja diversificado.

A pesquisa destaca as dificuldades enfrentadas pelos alunos com TEA em ambientes escolares tradicionais, como a dificuldade na comunicação social, a adesão a normas rígidas e a tendência a processos de aprendizagem mais sensoriais e repetitivos. Em relação ao ensino de História, esses desafios são amplificados pela necessidade de abstração de conceitos temporais e pela complexidade das relações históricas.

No entanto, o trabalho também aponta para as possibilidades de adaptação do ensino de História para esse público, destacando a importância de abordagens diferenciadas e o uso de tecnologias assistivas, recursos visuais e atividades práticas. A aplicação de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e o uso de jogos pedagógicos, é sugerida como forma de envolver os alunos de maneira mais concreta e significativa com o conteúdo histórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua presença na sala de aula; deve almejar, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades.

A educação é umas das maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista. Através da educação, essa criança pode aprender tanto matérias acadêmicas quanto atividades do cotidiano. A aprendizagem das crianças autistas não é fácil, contudo fica evidente que, com dedicação e amor, estas crianças podem alcançar uma vida mais independente e com qualidade. Para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educativo. Como o aluno autista tem dificuldades de se adaptar ao mundo externo, a escola deve pensar na adequação do contexto. Não existem apenas salas de aulas inclusivas, mas escolas inclusivas. Por isso, é necessário que a escola crie uma rotina de situação no tempo e no espaço como estratégias de

adaptação e desenvolvimento desses alunos.

A aula de História deve promover o protagonismo juvenil. Precisa incentivar a participação e a autonomia dos estudantes, possibilitar que eles se expressem de diversas formas, através de manifestações artísticas, leituras, comentários. A aula não deve ficar centralizada e dependente da exposição oral do professor, mas precisa ser descentralizada para que o aluno “apareça”, para que libere suas potencialidades e não esteja sempre renegado a uma condição “apagada” no processo de ensino.

Neste sentido, essa interação constitui-se num vasto campo de estudos para profissionais de diversas áreas e da própria docência. A própria atuação do professor numa sala de aula, na qual estudam alunos ditos “normais” e “deficientes”, possibilita a realização de pesquisas para profissionais da educação e de outras especialidades.

A realização de um trabalho de pesquisa científica ao final do curso de licenciatura em História, especialmente em um contexto de formação em parceria com a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), assume uma importância estratégica tanto para a formação do futuro professores, nesse sentido indica-se que mais estudo assim sejam elaborados visando a busca de mais informações e principalmente sugestões de como se trabalhar e disciplina de história com alunos com TEA.

REFERÊNCIAS

Bittencourt, C. M. F. (2009) Ensino de História: fundamentos e métodos. Coleção Docência em Formação/ série ensino fundamental. Coordenação Severino, A. J.; Pimenta, S. G.) São Paulo: Cortez.

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato. Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível

em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/anarita.pdf Acesso em: 15/11/2024.

BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BUENO, J. G. S. Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. 2. ed. São Paulo: PUC/SP-EDUC, 2004. KASSAR, M. C. C. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educar em Revista, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

Caputo, S. G. (2001, julho-dezembro) Fotografia e pesquisa em diálogo sobre o olhar e a construção do objeto. Revista Teias, ano 2, n. 4.

Ciavatta, M. (2012, janeiro-abril) O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. Revista Psicologia, organização e trabalho. 12(1), pp. 33-46.

Descobertas recentes no estudo do autismo: Avanços e novas perspectivas – Disponível em: <https://oantagonista.com.br/brasil/descobertas-recentes-no-estudo-do-autismo-avancos-e-novas-perspectivas/> Acesso em: 16/11/2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 16ª edição.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed São Paulo: Atlas, 1994.

GUIMARÃES, Selva. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas/SP: Papyrus, 2012. 13ª edição.

LAVILLE, Christian; Dionne, Jean. A construção do saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. 339 p.

LEI Nº 13.977, DE 8 DE JANEIRO DE 2020 – Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13977.htm . Acesso em: 15/11/2024.

LEMONS, J. B. (2016). Diversidade e Inclusão na escola: experiências de um aluno autista em uma escola pública de Florianópolis - SC. Trabalho de conclusão de curso Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

OLIVEIRA, Suely de Lemos Alves; TOMAZ, Edileuza Braz; SILVA, Robson José de Moura. Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 3, 26 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/2/praticas-educativas-para-alunos-com-tea-entre-dificuldades-e-possibilidades> Acesso em 26/10/2024.

PAULA, Jairo de. Inclusão mais que um desafio escolar: um desafio social. 2. ed. São Paulo: J. de Paula, 2006.

STAKE, R.E Pesquisa qualitativa . Estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre. Penso 2011.

APÊNDICES

1. ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

NOME: _____

IDADE _____ SEXO _____

FORMAÇÃO _____

PÓS GRADUAÇÃO _____

TEMPO DE SERVIÇO NA DOCÊNCIA _____

SÉRIE/ANO/CICLO QUE LECIONA _____

ESCOLA _____

✓ Sobre a sua experiência profissional:

1. Durante a sua graduação, houve alguma disciplina sobre Educação Especial ou Educação Inclusiva?

2. Há quanto tempo trabalha na Educação Especial?

3. Como foi sua trajetória para chegar a Educação Especial?

4. Você possui alguma formação específica na área de Educação Especial?

5. Qual é a sua carga horária atual na Educação Especial?

6. Você já trabalhou no Ensino regular? Por quanto tempo?

7. Há alguma diferença em se trabalhar com o público da Educação Especial na escola regular?

8. Você tem algum aprendiz com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ou já teve essa experiência? _____

9. Como você percebe o aprendiz com TEA na sala de aula e na escola?

10. Já percebeu alguma dificuldade ao ensinar um aprendiz com TEA? Qual?

11. Como é auxiliar o ensino de História para um aprendiz com TEA?

12. Quais são as maiores barreiras com relação à inclusão educacional de um aprendiz com autismo na escola regular?

13. Como é o seu planejamento pedagógico para o aprendiz com TEA?

14. Como você vê a estrutura para ensinar o público da educação Especial?

15. Existe uma relação dialógica com os professores do Ensino regular sobre os aprendizes com autismo? E com o professor de Atendimento Educacional Especializado (sala de recursos multimídias)

16. Quais mudanças pode-se observar atualmente se nos basearmos nos contextos históricos da educação brasileira?

17. Qual o seu pensamento sobre a Educação Especial no Futuro?

2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é sobre “**ENSINO DE HISTÓRIA PARA ESTUDANTES COM TEA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**”, e está sendo desenvolvida pela acadêmica do Curso de História Unipampa-UAB, da Universidade Federal do Pampa, Rosimere Fernandes , sob orientação da professora Patrícia Forgiarini Firpo.

O objetivo geral do estudo: **Relacionar os desafios do ensino de história para estudantes com TEA no ensino fundamental** Solicito a sua colaboração participando desta **entrevista semi estruturada**, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e afins e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Após ler o termo de consentimento Livre e Esclarecido, escolha uma das opções abaixo:

- () Estou ciente e declaro o meu consentimento em participar da pesquisa.
- () Não quero participar da pesquisa.

Nome completo:.....

Documento:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é sobre "ENSINO DE HISTÓRIA PARA ESTUDANTES COM TEA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES", e está sendo desenvolvida pela acadêmica do Curso de História Unipampa-UAB, da Universidade Federal do Pampa, Rosimere Fernandes, sob orientação da professora Patrícia Forgiarini Firpo.

O objetivo geral do estudo: **Relacionar os desafios do ensino de história para estudantes com TEA no ensino fundamental**. Solicito a sua colaboração participando desta **entrevista semi estruturada**, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e afins e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Esclareço que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Após ler o termo de consentimento Livre e Esclarecido, escolha uma das opções abaixo:

- (X) Estou ciente e declaro o meu consentimento em participar da pesquisa.
() Não quero participar da pesquisa.

Nome completo: Dakiane Michel
Documento: RG 3071650621 CPF 982.669.930-68